

UMA ANÁLISE DA CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA COMO DISCIPLINA: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE SOCIODIVERSIDADE, MULTICULTURALISMO E INCLUSÃO NO COMBATE AO BULLYING NO ENSINO FUNDAMENTAL

Pedro Paulo Xavier¹

Fabíola Lowenthal²

RESUMO

O Brasil é caracterizado por uma variedade de etnias, costumes e tradições. Em âmbito escolar, trabalhar com temas como a sociodiversidade e o multiculturalismo pode ser o meio de acabar com sérios casos de violência escolar, muitas vezes causados por falsos julgamentos ou por não-aceitação de tudo que fuja dos estereótipos criados pela sociedade. O presente trabalho tem como principal função, analisar as práticas educativas que, em sua essência, valorizem as diversidades e a história da cultura afro-brasileira e indígena no Brasil, com foco nos discentes do Ensino Fundamental, e verificar como tais práticas podem contribuir para a redução de casos de *bullying*.

Palavras-chave: Bullying, Sociodiversidade, Multiculturalismo, Ensino Fundamental.

ABSTRACT

Brazil is characterized by a variety of ethnicities, habits and traditions. In the school environment, working with issues such as social diversity and multiculturalism may be the way to end serious cases of school violence, often caused by false judgments or non- acceptance of all that escape from stereotypes created by society. This work has as main function, analyze the educational practices that, in its essence, value the diversity and history of Brazilian African and indigenous culture, focusing on students of elementary school, and see how these practices may contribute to the reduction of bullying cases.

Keywords: Bullying, Social Diversity, Multiculturalism, Elementary School.

¹ Pedagogo formado pelo Centro Universitário UNIFIA – Amparo-SP – pedro@pedroxavier.com

² Docente do Centro Universitário UNIFIA – Amparo – SP – flowenthal@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O Brasil, tal como conhecemos atualmente, é resultado de uma grande mistura de raças, conceitos, tradições e costumes que estão presentes desde os primórdios nativos, que, por volta do século XV, nem eram chamados de indígenas. Há, portanto, uma diversidade de povos e uma miscigenação de raças que constituem o povo brasileiro.

Do mesmo modo em que a história contribuiu para a diversidade, a disseminação de estereótipos sobre o que é certo ou errado se espalhou pela sociedade, gerando preconceitos, intolerâncias e não-aceitação das diferenças. Quando esses preconceitos atingem as esferas da educação básica, é dever do professor criar estratégias para amenizar pensamentos de ódio e intolerância, impedindo a evolução para sérios casos de violência escolar, também conhecido como *bullying*.

Nas escolas, muito é discutido sobre o *bullying* e como evitá-lo. Entretanto, pouco é feito para combatê-lo. Faz-se necessário uma análise das origens das diferentes formas de violência presentes em ambiente escolar. Dentre os variados motivos, são destacados a cor ou raça, religião, aparência do rosto ou do corpo, orientação sexual ou demais questões regionais. (Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012)

Com a aprovação da lei que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino fundamental e médio, é possível traçar relações sobre a importância da aprendizagem dessas culturas e o combate ao *bullying*, já que o desconhecimento pode gerar intolerância e desrespeito às diferenças, sobretudo à discriminação racial e de cor.

O presente artigo visa identificar possíveis causas dessas atitudes violentas e como as práticas pedagógicas de apoio ao multiculturalismo e a diversidade podem contribuir para uma significativa diminuição dos casos de *bullying* no ensino fundamental.

BREVE SIGNIFICAÇÃO DE TERMOS

Para entender os diferentes cenários onde a educação brasileira está situada, alguns termos devem ser estudados. Sociodiversidade, multiculturalismo e inclusão são frequentemente encontrados em textos pedagógicos e, se tratando de atividade discente, tem grande importância no trabalho escolar. O *bullying* pode ter uma estrita ligação com esses temas e por esse motivo, compreendê-los pode ser de grande importância no combate à violência escolar.

Sociodiversidade é um termo originado da antropologia e exprime a ideia de diversidade. É marcado por uma sociedade que se distingue de uma outra, tendo assim, diferentes maneiras exercer autoridade, costumes ou culturas que compõem diversas etnias e raças (SOUZA, 2009).

Multiculturalismo é o termo designado para as diferenças presentes nos grupos sociais. Trata também da diferença de costumes e etnias, sem deixar de tratar das igualdades de direitos e deveres dos indivíduos brasileiros (ARAUJO, 2007)

Segundo Maria Teresa Mantoan (2005), professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, inclusão é a prática de reconhecer, entender e conviver com pessoas que possuem deficiência física ou comprometimento mental, alunos superdotados e para todas as minorias que acabam sendo discriminadas por algum motivo (CAVALCANTE, 2005).

Bullying é um termo atual designado para representar qualquer tipo de violência que ocorra por um agressor a um indivíduo indefeso. Ana Beatriz Barbosa Silva, médica graduada pela Universidade Estadual do Rio De Janeiro e pós-graduada em psiquiatria pela Universidade Federal do Rio De Janeiro, define o *bullying* como:

“(...) comportamentos violentos no âmbito escolar, tanto de meninos quanto de meninas. Dentre esses comportamentos podemos destacar as agressões, os assédios e as ações desrespeitosas, todos realizados de maneira recorrente e intencional por parte dos agressores.” (SILVA, 2010. p. 21)

Em suma, a violência escolar sempre ocorre com figuras determinadas. Há uma vítima, geralmente sem capacidade de defesa, com poucos amigos e

considerada como alvo principal dos agressores. Estes são os autores de repetitivos abusos verbais, psicológicos, físicos, virtuais e morais. Contribuindo para esse cenário, os alunos que observam, podendo ou não serem sujeitos ativos no processo de violência: os espectadores.

ASPECTOS HISTÓRICOS

Os indígenas são povos que há milhares de anos já habitavam – principalmente – a costa do território brasileiro, muito antes da invasão europeia. Estimativas demográficas calcularam a existência de cerca de 5 milhões de índios na época em que Pedro Álvares Cabral chegou à terra atualmente conhecida como Brasil (LUCIANO, 2006. p. 27). Viviam em grupos, tinham costumes próprios, se alimentavam com produtos originados da caça de animais e da agricultura. O trabalho era dividido por gênero. As mulheres cuidavam da casa e das crianças, enquanto os homens cuidavam dos trabalhos pesados, como a caça. Tinham próprias tradições e tinham crenças espirituais, além de uma linguagem criada apenas para comunicação entre seus povos.

Com a chegada dos portugueses no Brasil, em 1500, houve uma grande mudança nos costumes e hábitos. Os registros escritos que temos daquela época foram apenas os divulgados pelos portugueses, então temos uma visão de mundo que girava em torno dos interesses europeus. Os historiadores, portanto, foram responsáveis por mostrar uma compreensão mais próxima da realidade dos tempos antecedentes à chegada dos europeus em território brasileiro.

Ainda no Brasil Colônia, os jesuítas começaram a ensinar a língua portuguesa para os nativos, bem como introduziram o cristianismo para um povo que já estava habituado a suas próprias crenças espirituais e que também acreditavam em seus próprios deuses.

Ao mesmo passo que os indígenas brasileiros, os escravos que chegaram ao Brasil tinham culturas e manifestações linguísticas, religiosas e artísticas únicas. Juntas, elas caracterizam os povos e as diferentes regiões da África.

Com a expedição de Marim Afonso de Souza, em 1530, os primeiros escravos vindos da África chegaram ao Brasil. Com a expansão da produção de cana-de-

açúcar, a necessidade de mão de obra foi inevitável.¹ O comércio negreiro, então, começou a ter valor no Brasil Colônia. Vivendo em condições precárias, sem remuneração e sofrendo castigos constantemente, os escravos que aqui viveram não deixaram suas tradições. Muitas influências culturais dos povos afro-brasileiros permanecem até hoje. A feijoada, a capoeira, o samba de roda, o candomblé e os orixás e o culto à Iemanjá são exemplos culturais herdados pelos povos afro-brasileiros.

No Brasil Colônia, junto com a vinda dos jesuítas ao Brasil, se deu a evangelização dos índios e africanos. O ensino da Bíblia era realizado através de recursos audiovisuais como canto, música e teatro. (TERRA, 2000) O ensino da fé cristã acabou distanciando os costumes religiosos próprios desses povos, assim como a solidificação dos costumes europeus, também no início do século XVI, distanciou práticas musicais, de dança, de hábitos alimentares e de higiene próprios dos indígenas e negros, em detrimento ao dos europeus.

Desde aquele período, indígenas e afro-brasileiros tentam manter suas tradições. Por isso, a valorização da história da cultura afro-brasileira e indígena é essencial. Tanto para reconhecimento social, quanto para o estudo, solidariedade e sensibilização dos alunos para com as diferenças de origens em sala de aula.

Não se pode deixar de citar, a fim de curiosidade e compreensão das demais origens das causas atuais de bullying, o fim da Segunda Guerra Mundial e a divisão entre dois eixos antagônicos: capitalismo, baseados nos conceitos norte-americanos, e o socialismo da União Soviética. Tal divisão criou mais um fator socialmente hierárquico: a desigualdade social, a quantidade do poder econômico.

Na Grécia Antiga, o relacionamento com pessoas do mesmo sexo era visto como algo natural e socialmente normal (DIAS, 2010). Na Idade Média, por outro lado, de acordo com as ações advindas da religião, comportamentos homossexuais, ou demais que fugissem nas normas socialmente aceitas, eram perseguidos (SOARES, 2015). A concepção bíblica de que a relação sexual deveria ser voltada exclusivamente para procriação, condenou as demais relações, considerando uma aberração da natureza e transgressão à ordem natural (DIAS, 2010)

A mulher também foi socialmente diminuída na história. O machismo presente nas antigas civilizações, inferiorizavam o trabalho feminino e o reduzia a favores

domésticos e sexuais. Hoje, meninas são condenadas se gostarem de futebol, da cor azul, se sentarem de perna aberta, se não passarem maquiagem. Os meninos, por sua vez, são condenados se gostarem de bonecas, da cor rosa, se usarem saias. (SOARES, 2015) Esses aspectos ganharam força e ainda são apoiados, pois, historicamente viraram regras de conduta para o conceito de gênero.

Por fim, os fatores históricos acumulados foram determinantes para o prejudicial aumento dos conceitos socialmente hierárquicos e, conseqüentemente, pejorativos e facilitadores do preconceito. O poderio econômico dita a ideia do “rico sobre o pobre”, a orientação sexual dita o “heterossexual ser melhor que o homossexual”, e o ciclo vicioso dita o mesmo com religiões, raças e etnias.

O ENSINO DA CULTURA E LITERATURA AFROBRASILEIRA E INDÍGENA NO ENSINO FUNDAMENTAL E SUA RELAÇÃO NO COMBATE AO BULLYING

Seguindo a teoria do desenvolvimento cognitivo, do psicólogo do desenvolvimento, Jean Piaget, a aprendizagem se dá quando alguns processos estão interligados. A detecção, a interpretação, classificação e a recordação, juntamente ao ato de avaliar, inferir e deduzir hipóteses, gerar estratégias, fantasiar, sonhar e imaginar. Para que haja progresso nesses processos, é necessário que tais competências cognitivas sejam graduais e sequenciais (MUSSEN et al., 1977).

A literatura, portanto, deve ser incentivada de modo a encorajar os alunos na busca do conhecimento e na criação de suas próprias ideias. Para que isso ocorra de maneira eficaz, e ainda seguindo as bases da teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget, a leitura de textos educativos, históricos e de valorização do multiculturalismo deve ser incentivada desde os primeiros anos do ensino fundamental, para que, de forma gradual, sequencial e agradável, se estenda para toda a vida escolar do aluno. Os benefícios de uma consolidada aprendizagem através da literatura diversa tende a atravessar as barreiras entre escola e sociedade.

A literatura indígena ainda é muito escassa e sofreu intensas transformações em seu estilo. A dominação europeia acabou deixando de lado os costumes dos nativos brasileiros. Tal exclusão da história se manteve também na literatura. Os textos europeus, assim como as tradições e hábitos, foram se alastrando. Da literatura informativa, do século XVI, ao Modernismo, do século XX e XXI, a literatura

brasileira esteve fortemente influenciada pela literatura europeia, já que os textos escritos em XVI eram escritos por portugueses (TUFANO, 1983). Entretanto, muitas obras trataram o nacionalismo de maneira crítica e reflexiva, mesmo sem o distanciamento do humanismo ou do classicismo, do barroco e do romantismo português.

A literatura indígena só tomou uma proporção maior no século XX. Mesmo que ainda raramente utilizadas nas escolas, os textos escritos por índios brasileiros abordam o modo de viver desses povos. É uma forma de manter suas tradições vivas.

A educação indígena, assim como a ampliação dos serviços educacionais a esses povos contribuiu para um aprendizado maior e uma alfabetização mais complexa da língua portuguesa, ainda que mantendo o modelo bilíngue de aulas – fundamental para a união entre a cultura indígena e a cultura das grandes cidades.

Temos, atualmente, muitos autores, de descendência indígena, que escrevem livros sobre suas experiências e experiências de seus antepassados. Daniel Munduruku, por exemplo, é um escritor indígena com mais de 40 livros publicados, muitos “Altamente Recomendáveis” pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). “Escrevo para me manter índio”, disse o escritor em uma sessão da Bienal do Livro do Rio de Janeiro de 2013 (MINUANO, 2013). A afirmação é decisiva para entender o porquê desse tipo de literatura ser importante no processo de ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes em idade escolar. É a forma encontrada pelos indígenas de manter suas tradições mesmo com a grande influência cultural das grandes cidades.

A extinção de muitos grupos indígenas, o preconceito e as dificuldades de acesso a essa cultura são motivos que fazem necessário uma valorização desses estudos. Compreender a cultura dos povos responsáveis pelos primórdios de uma sociedade naturalmente brasileira é um meio para quebrar preconceitos, intolerâncias, adquirir conhecimento e entender os motivos dos nossos atuais hábitos.

A história da cultura afro-brasileira também contribuiu para uma escassez de produções textuais voltados ou escritos integralmente por afro-brasileiros. O Brasil foi alvo de um regime escravocrata que só teve fim no final do século XIX. Esse difícil

período da história, deu origem à “poesia social”, sobretudo pelo poeta Castro Alves, o “poeta dos escravos”, através da qual ele poderia mostrar os problemas que o cenário escravista brasileiro trazia para a sociedade, consequentemente acumulando seguidores que ansiavam pela libertação dos escravos.

A cultura no Brasil Império foi marcada por grandes transformações. A implantação da imprensa, criação de museus, do Jardim Botânico do Rio, da biblioteca pública de 1810 – futura Biblioteca Nacional e incentivos aos cursos de ensino superior. Estes, responsáveis pelo “enobrecimento”, formando letrados que se distanciavam do trabalho físico abusivo do sistema escravista. (ARANHA, 1989) Os textos utilizados nesse período também não tinham ênfase na história afro-brasileira.

Por não terem condições decentes de ensino, muitos escravos não tinham domínio da língua portuguesa e os poucos escritos eram redigidos em suas línguas natais. Os poucos relatos de escravos são valiosos para compreensão de uma real visão da história brasileira. Um dos relatos mais completos e surpreendentes fora escrito por Mohamad G. Baquaqua, um ex-escravo poliglota. Em sua biografia, relatou sua vida na África, sua escravização e vinda ao Brasil através dos navios negreiros, seus dias como escravo em Pernambuco, sua fuga em busca de liberdade e seus trajetos até os Estados Unidos, Haiti e Canadá. Um raro documento que traz grandes relatos históricos redigidos por quem ativamente participou da escravidão no Brasil.

Vendo a necessidade de trabalhar a história afro-brasileira e indígena nas escolas, é criada a lei N° 11.645, de 10 de Março de 2008, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

O art. 26-A da Lei nº-9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história

da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Com isso, pode-se entender a importância de conhecer povos que foram fundamentais para formação social, política e econômica do Brasil. A luta dos negros e povos indígenas no país foi essencial para o desenvolvimento e fortalecimento de nossa cultura.

Conhecer a história do país em que se vive é primordial no ensino fundamental. É papel do professor, portanto, trazer para sala de aula, conteúdos que possibilitem e favoreçam a busca de informações, a curiosidade e o interesse de seus alunos. Os benefícios podem ser ainda maiores se for considerado o combate à violência escolar.

O eixo central familiar é constituído por uma figura autoritária (CANAVÊS, 2015), geralmente composta pelo pai ou pela mãe. Os filhos tendem a reproduzir as críticas e ideias dessa autoridade. O que eles acabam vendo e ouvindo em casa, reproduzirão em sala de aula. O professor entra como mediador, impondo limites e contendo ideias, oferecendo novas formas de visão de mundo, voltadas principalmente para a diversidade de raças, cores, aparências.

No entanto, a escola na contemporaneidade tende a exigir um cumprimento de regras e metas (CANAVÊS, 2015). Esse modelo cria competitividade e reprodução de ideologias, criadas historicamente e determinantes para gerar conflitos, intolerâncias e violência.

Analisando alguns dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), realizada no ano de 2012 e formada por alunos integrantes do 9º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas e privadas de todo o território brasileiro, encontramos importantes índices que revelam as origens e causas da violência escolar.

No percentual de alunos do 9º ano que já admitiram ter humilhado ou ofendido um colega, encontra-se um total de 20,8% (Tabela 1). Entre as principais causas dessas humilhações (Tabela 2), a questão da raça e cor (6,8%), a religião (2,5%), aparência do rosto (16,2%), aparência do corpo (18,6%), orientação sexual (2,9%), região de origem (1,7%) e outros motivos não listados (51,2%).

Traçando um paralelo geral com os dados estatísticos apresentados nas tabelas, os motivos desencadeadores da violência escolar são banais e estão fortemente ligados aos fatores hierárquicos criados socialmente e com grande influência dos fatores históricos. A carga negativa e de inferioridade que a escravidão trouxe aos brasileiros contribuiu para o aumento do preconceito a essas raças que tanto foram importantes para criação do Brasil.

O mesmo ocorre com os indígenas. Embora representem uma quantidade muito baixa nas escolas (3,5%) (Tabela 3), muitos são discriminados pelo jeito de se vestir, pelo modo de falar e por seus costumes, que são até hoje conservados para evitar a perda de identidade cultural de seus povos. A educação indígena, por exemplo, aborda o ensino bilíngue, maneira encontrada para manter a língua natal dos índios, sem deixar de lado o ensino presente nas cidades.

Como a literatura afro-brasileira e indígena poderá contribuir para a diminuição de casos de bullying? Com a compreensão da história, das lutas de conquista de território e liberdade, tanto de índios, como de escravos, os alunos tendem a perceber o quão importante esses povos foram para a construção da sociedade brasileira. Os hábitos trazidos por esses povos são exercidos por todos. O banho diário, hábito indígena, e a capoeira, desenvolvida por descendentes de escravos africanos no Brasil, são exemplos culturais presentes até os dias atuais.

Esteriótipos são criados em detrimento dos valores reais. Quando não há busca pela informação, anseio por conhecimento ou desconhecimento histórico, a reprodução de modelos ideológicos de desrespeito e não-aceitação são evidenciados. Quando há constatação dessas ideias, os alunos tendem a sociabilizar, aceitar as diferenças e colaborar para uma forte integração entre a sala.

Os professores devem apresentar aos seus alunos, sempre que possível, a cultura e história afro-brasileira e indígena, bem como a história das mulheres na sociedade, a importância da religiosidade e autoaceitação da aparência física, com

intuito de mostrar diferentes formas de ver o mundo. Quanto mais esses alunos estiverem em contato com a diversidade, mais eles aceitarão a sociodiversidade, o multiculturalismo e a inclusão. Em consequência disso, o *bullying* tende a diminuir.

Criar atividades, como peças teatrais que incentivem as trocas de personagens e trazer brincadeiras de origens indígenas e afro-brasileiras, como a peteca, o pião ou “terra e mar”, são valiosos instrumentos de valorização cultural e, se utilizados sob supervisão pedagógica do professor, só tende a ter bons resultados, tanto para a fixação de conteúdos e reconhecimento histórico-cultural, como para o consequente combate à intolerância nas salas de aula.

É válido aproveitar as datas comemorativas, como o dia do índio ou dia da consciência negra, para dar mais valor a esses conteúdos. Criar painéis expositivos, jogos educativos e trabalhar com o lúdico nas relações de ensino-aprendizagem podem auxiliar na colaboração entre os alunos e também são meios de intervenção em casos de bullying.

A teoria do desenvolvimento cognitivo cita a empatia como a capacidade de compreender a situação de seu semelhante, assim auxiliando-o. Sugere-se então ser a principal base para auxiliar uma outra pessoa (MUSSEN et al., 1988). Uma criança, ao ver uma outra em condições mínimas de cuidados, tende a querer ajudá-la. Pais e professores que expliquem que o comportamento de uma criança pode gerar efeitos negativos ou positivos sobre outra, tendem a desenvolver nessas, um comportamento pró-ativo e altruístico, também relacionado ao aumento da empatia. Esses comportamentos são importantes também para redução do *bullying*, se o considerarmos como falta de solidariedade e compreensão do próximo.

O combate só ocorrerá quando as instituições de ensino reconhecerem o *bullying* como prejudicial na construção da identidade do indivíduo que está sendo formado e contraproducente em seu processo de aprendizagem. Reconhecendo os casos, as escolas podem interferir e criar estratégias, discussões e abrangentes diálogos sobre o assunto. O trabalho de combate ao bullying é diário, é na sala de aula ou no intervalo, é com os diretores ou com os professores, é com os pais ou com os alunos. É um trabalho que só será minimizado com apoio e ação de todos os indivíduos ativos no sistema de ensino-aprendizagem

Portanto, no âmbito de estudo da cultura afro-brasileira e indígena para

combate ao preconceito racial e regional, estar em contato com os aspectos históricos desses povos e identificar os benefícios deles para o desenvolvimento cultural do Brasil faz com que os preconceitos a raça, cor e regionalismo sejam reduzidos. Compreender tais preceitos também auxiliam na redução da intolerância a outras culturas e outras formas de pensamento, estimulando os sentimentos de altruísmo e colaboração entre os colegas da sala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi explanado, o ensino da cultura afro-brasileira e indígena, tal como foi promulgado pela lei nº 11.645 de 10 de Março de 2008, traz benefícios, tanto para o processo ensino-aprendizagem, como para a convivência em sala de aula. Compreender a história dos povos que contribuíram para o crescimento cultural do Brasil é importante para desenvolver sentimentos de colaboração entre os alunos e aceitação de si e do próximo.

Como o bullying está fortemente relacionado com intimidação dos mais fracos, perante uma escala hierárquica construída historicamente, quebrar padrões e criar soluções para instigações e busca de conhecimento, portanto, é a chave para o controle desse tipo de violência. Por esse motivo, o multiculturalismo, o conhecimento da sociodiversidade e a inclusão são assuntos para serem trabalhados em sala de aula. Sobretudo em conjunto com a literatura afro-brasileira e indígena. Não só pelo valor didático que possuem, mas sim, por sua capacidade de criar um pensamento voltado para a aceitação das diferenças. Aceitando-as, as chances de combate ao bullying são maiores e mais eficazes.

ANEXOS

Tabela 1 – Percentual de escolares frequentando o 9º ano do Ensino Fundamental que esculacharam, zombaram, zoaram, caçoaram, magoaram, intimidaram, humilharam algum de seus colegas da escola tanto que ele ficou magoado, aborrecido, ofendido ou humilhado.

Grandes Regiões, Municípios das Capitais e Distrito Federal		Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que esculacharam, zombaram, zoaram, caçoaram, mangaram, intimidaram ou humilharam algum de seus colegas da escola tanto que ele ficou magoado, aborrecido, ofendido ou humilhado (%)														
		Total			Sexo						Dependência administrativa da escola					
					Masculino			Feminino			Privada		Pública			
		Total	Intervalo de confiança de 95%		Total	Intervalo de confiança de 95%		Total	Intervalo de confiança de 95%		Total	Intervalo de confiança de 95%		Total	Intervalo de confiança de 95%	
Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior			
Brasil		20,8	19,5	22,2	26,1	24,4	27,9	16,0	15,1	16,9	23,6	22,8	24,4	20,3	18,5	22,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2013. Relatório.

Tabela 2 – Frequências das principais causas/motivos referidos de sofrer bullying, entre escolares do 9º ano do ensino fundamental. Brasil, 2012.

Causas de sofrer <i>Bullying</i>	Na maioria das vezes			Sempre nos últimos 30 dias			Sofrer <i>Bullying</i>		
	Total	Intervalo de confiança de 95%		Total	Intervalo de confiança de 95%		Total	Intervalo de confiança de 95%	
		Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
A minha cor ou raça	4,9	4,3	5,5	8,6	7,9	9,3	6,8	6,4	7,3
A minha religião	2,7	1,8	3,9	2,3	1,9	2,7	2,5	1,9	3,2
A aparência do meu rosto	16,9	14,7	19,3	15,7	14,2	17,2	16,2	15,4	17,1
A aparência do meu corpo	18,9	13,7	25,6	18,4	16,9	19,9	18,6	16,5	21,0
A minha orientação sexual	2,5	1,6	4,0	3,3	2,5	4,4	2,9	2,5	3,5
A minha região de origem	1,9	1,5	2,5	1,6	1,3	1,8	1,7	1,5	2,0
Outros motivos/causas	52,2	47,8	56,5	50,2	48,9	51,6	51,2	48,6	53,7

Fonte: OLIVEIRA et al., 2015.

Tabela 3 – Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por cor ou raça

Grandes Regiões, Municípios das Capitais e Distrito Federal	Percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, por cor ou raça (%)														
	Branca			Preta			Parda			Amarela			Indígena		
	Total	Intervalo de confiança de 95%		Total	Intervalo de confiança de 95%		Total	Intervalo de confiança de 95%		Total	Intervalo de confiança de 95%		Total	Intervalo de confiança de 95%	
		Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Brasil	36,8	31,6	42,0	13,4	11,1	15,6	42,2	39,1	45,4	4,1	3,4	4,8	3,5	2,8	4,3

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2012. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2013. Relatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, Ana Maria Barbosa. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. 188 p.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda Aranha. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989. 288 p.

MUSSEN, Paul Henry; CONGER, John Janeway; KAGAN, Jerome; HUSTON, Aletha Carol. **Desenvolvimento e personalidade da criança**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1988. 553 p.

TERRA, João Evangelista Martins. **Catequese de índios e negros no Brasil colonial**. Aparecida: Santuário, 2000. 239 p.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. 224 p. (Coleção Educação para Todos, 12)

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

DUARTE, Vânia Maria Do Nascimento. **Castro Alves** – O poeta dos escravos. Brasil Escola. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/literatura/castroalvespoeta-dos-escravos.htm>. Acesso em 30 de março de 2016.

DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. **Tráfico de Escravos**. Arquivo Nacional e História Luso-Brasileira. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br>. Acesso em 01 de Abril de 2016.

DIAS, Maria Berenice. **União homossexual** – Aspectos sociais e jurídicos. Maria Berenice Dias, 2010. Disponível em: <http://mariaberenice.com.br/pt/uniao-homossexual-aspectos-sociais-e-juridicos.cont>. Acesso em 01 de Abril de 2016.

ARAÚJO, Francisca Socorro. **Multiculturalidade**. 2007. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/multiculturalidade>. Acesso em 01 de Abril de 2016.

CANAVÊS, Fernanda. **A escola na contemporaneidade: uma análise crítica do bullying**. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo. Volume 19, Número 2. p. 271-278. Maio/Agosto de 2015.

OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; SILVA, Marta Angélica Iossi Silva; MELLO, Flávia Carvalho Malta de; PORTO, Denise Lopes; YOSHINAGA, Andréa Cristina Mariano; MALTA, Deborah Carvalho. **Causas do bullying: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. Revista Latino-americana de Enfermagem. Forthcoming 2015.

SOUZA, Antônio. **20 temas do ENADE**. Fama, 2009. Disponível em: famanet.br/pdf/ingresso/cartilha_enade_2009.pdf. Acesso em 01 de abril de 2016.

CAVALCANTE, Meire. **Inclusão promove justiça**. Revista Nova Escola, 2005. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/maria-teresa-egler-mantoan-424431.shtml>. Acesso em 01 de Abril de 2016.

SANTOMAURO, Beatriz. **Nasce o registro escrito de uma língua**. Revista Nova Escola, 2009. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/fundamentos/nasce-lingua-432059.shtml>. Acesso em 01 de Abril de 2016.

SOUZA, Rainer Gonçalves. **Índios no Brasil**; Brasil Escola. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/indios-brasil.htm>. Acesso em 01 de abril de 2016.

MINUANO, Carlos. **“Escrevo para me manter índio”**, diz escritor Daniel Munduruku. UOL, 2013. Disponível em: <http://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2013/09/04/escrevo-para-me-manter-indio-diz-escritor-daniel-munduruku.htm>. Acesso em 01 de Abril de 2016.

LARA, Silva Hunold. **Biografia de Mahommah G. Baquaqua**. Associação Nacional de História. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3686. Acesso em 01 de abril de 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**, 2012. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2013. Relatório.